

**Vidroporto S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2014

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Rua Sete de Setembro, 1.950  
13560-180 - São Carlos, SP - Brasil  
Caixa Postal 708  
13560-970 - São Carlos, SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 2106-6700  
Fax 55 (16) 2106-6767  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Ao  
Conselho de Administração e Diretoria da  
Vidroporto S.A.  
Porto Ferreira - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Vidroporto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vidroporto S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 27 de fevereiro de 2014, contendo as seguintes modificações: 1) Falta de elaboração pela Companhia do estudo específico quanto a análise periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e 2) Falta de revisão das estimativas de prazos de vida útil econômica dos bens e a determinação do valor residual e valor depreciável de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assuntos regularizados no exercício de 2014.

São Carlos, 30 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti  
Contador CRC 1SP160909/O-3

## Vidroporto S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

Ativo	Nota	2014	2013 (Reapresentado)	Passivo	Nota	2014	2013 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	9	19.792.224	5.366.405	Fornecedores	16	17.781.167	8.930.277
Contas a receber de clientes	10	44.269.761	41.164.705	Empréstimos e financiamentos	17	23.767.371	50.191.566
Estoques	11	28.431.535	19.302.907	Debêntures a pagar	18	134.562.106	-
Impostos a recuperar	12	9.445.523	80.041	Salários, férias e encargos a pagar		2.424.002	1.520.895
Despesas antecipadas		81.464	59.678	Impostos e contribuições sociais a recolher	19	5.808.840	4.725.277
Outros créditos		2.353.894	1.004.315	Dividendos e juros sobre capital próprio		1.127.236	2.167.220
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>104.374.401</u>	<u>66.978.051</u>	Outras contas a pagar		691.409	3.547.836
				<b>Total do passivo circulante</b>		<u>186.162.131</u>	<u>71.083.071</u>
Impostos a recuperar	12	5.510.481	3.149.596	Empréstimos e financiamentos	17	12.535.070	20.176.208
Outros créditos		343.012	338.567	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	5.239.521	2.316.882
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<u>5.853.493</u>	<u>3.488.163</u>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>17.774.591</u>	<u>22.493.090</u>
Outros investimentos		203.209	203.209	<b>Patrimônio líquido</b>	20		
Imobilizado	14	209.904.321	100.322.273	Capital social		88.340.459	58.340.459
Intangível		102.860	108.933	Ágio sobre a emissão de novas ações		2.238.505	2.238.505
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>216.063.883</u>	<u>104.122.578</u>	Reserva legal		3.627.164	3.189.997
				Reserva de lucros		22.295.434	10.021.542
				Lucros acumulados		-	3.733.965
<b>Total do ativo</b>		<u><u>320.438.284</u></u>	<u><u>171.100.629</u></u>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>116.501.562</u>	<u>77.524.468</u>
				<b>Total do passivo</b>		<u>203.936.722</u>	<u>93.576.161</u>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>320.438.284</u></u>	<u><u>171.100.629</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Vidroporto S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Nota	2014	2013 (Reapresentado)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>21</b>	106.107.617	89.674.224
<b>Custos dos produtos vendidos</b>	<b>22</b>	<u>(71.267.760)</u>	<u>(60.508.180)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>34.839.857</u>	<u>29.166.044</u>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>			
Administrativas e gerais	<b>23</b>	(6.203.195)	(5.229.643)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		<u>77.523</u>	<u>44.182</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>28.714.185</u>	<u>23.980.583</u>
Receitas financeiras	<b>24</b>	3.174.229	321.064
Despesas financeiras	<b>24</b>	<u>(18.614.360)</u>	<u>(4.085.867)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>13.274.054</u>	<u>20.215.780</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>13</b>	(1.608.070)	(4.963.661)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>13</b>	<u>(2.922.639)</u>	<u>(1.144.825)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>8.743.345</u></u>	<u><u>14.107.294</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Vidroporto S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	<b>2014</b>	<b>2013</b> <b>(Reapresentado)</b>
Resultado do exercício	8.743.345	14.107.294
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>8.743.345</u></u>	<u><u>14.107.294</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Vidroporto S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

Nota	Capital social	Ágio sobre a emissão de novas ações	Reservas de lucros			Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldos em 1° de janeiro de 2013 (Reapresentado)</b>	26.574.040	-	6.974.935	2.692.692	23.881.348	2.085.713	62.208.728
Aumento de capital com bens	1.771.700	2.238.505	-	-	-	-	4.010.205
Aumento de capital com reservas	29.994.719	-	(6.974.935)	-	(23.019.784)	-	-
Reversão de dividendos do exercício anterior	-	-	-	-	1.700.402	-	1.700.402
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.107.294	14.107.294
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	497.305	-	(497.305)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.512.941)	(2.512.941)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.989.220)	(1.989.220)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	7.459.576	(7.459.576)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)</b>	58.340.459	2.238.505	-	3.189.997	10.021.542	3.733.965	77.524.468
Aumento de capital com recurso de acionistas	<b>20</b>	30.000.000	-	-	-	-	30.000.000
Reversão de dividendos do exercício anterior	<b>20</b>	-	-	-	1.989.220	-	1.989.220
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.743.345	8.743.345
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	<b>20</b>	-	-	437.167	-	(437.167)	-
Juros sobre capital próprio	<b>20</b>	-	-	-	-	(628.235)	(628.235)
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>20</b>	-	-	-	-	(1.127.236)	(1.127.236)
Reserva de retenção de lucros	<b>20</b>	-	-	-	10.284.672	(10.284.672)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	88.340.459	2.238.505	-	3.627.164	22.295.434	-	116.501.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Vidroporto S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Nota	2014	2013 (Reapresentado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado do exercício</b>		8.743.345	14.107.294
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização		4.792.937	2.709.744
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.922.639	1.144.825
Resultado na venda de ativo imobilizado		15.856	3.999
Juros sobre empréstimos e financiamentos		11.302.246	3.255.373
Aumento em contas a receber de clientes		(3.105.056)	(13.890.793)
Aumento em estoques		(9.128.628)	(3.203.627)
Aumento (redução) em impostos a recuperar		(11.726.367)	173.025
Aumento (redução) em despesas antecipadas		(21.786)	18.056
Aumento (redução) em outros créditos		(1.354.024)	289.457
Aumento em fornecedores		4.569.299	3.007.133
Aumento (redução) em salários, férias e encargos a pagar		903.107	(109.234)
Aumento em impostos e contribuições sociais a recolher		1.083.563	993.335
(Redução) aumento em outras contas a pagar		(2.856.427)	3.320.498
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(5.601.698)	(1.733.247)
<b>Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>		<u>539.006</u>	<u>10.085.838</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	27.b	(110.076.589)	(63.846.993)
Aquisição de intangível		(26.588)	(39.284)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>		<u>(110.103.177)</u>	<u>(63.886.277)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamentos</b>			
Empréstimos tomados		140.878.342	31.103.006
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		(806.235)	(2.499.941)
Partes relacionadas		-	29.000.000
Integralização de capital em moeda corrente nacional		1.000.000	1.771.700
Ágio sobre emissão de novas ações		-	2.238.505
Pagamentos de empréstimos		(17.082.117)	(5.866.830)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos</b>		<u>123.989.990</u>	<u>55.746.440</u>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>14.425.819</u>	<u>1.946.001</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		5.366.405	3.420.404
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u>19.792.224</u>	<u>5.366.405</u>
		<u>14.425.819</u>	<u>1.946.001</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

### 1 Contexto operacional

A Vidroporto S.A. (“Companhia”) é uma entidade domiciliada no Brasil. O endereço da Companhia é na rodovia Anhanguera, km 226,8, localizada, na cidade de Porto Ferreira, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social, a produção, industrialização, comércio, importação e exportação de embalagens de vidro em todas as suas modalidades, bem como matérias primas e componentes para essas finalidades e a prestação de serviços e assistência técnica no campo de tais atividades, podendo ainda participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista.

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 6 e 7, respectivamente.

### 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### a. Julgamentos

As informações sobre incertezas em relação a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 7.d - Imobilizado; e

- **Nota Explicativa nº 25** - Contingências.

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 13** - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social; e
- **Nota explicativa nº 25** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

***Mensuração a valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 26** - Instrumentos financeiros.

## 5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## 6 Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2014:

- (a) ICPC 19/ IFRIC 21 - Tributos;
- (b) CPC 38 / IAS 36 (Alterada) - Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros; e
- (c) OCPC 7 - Notas explicativas.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto sobre essas demonstrações financeiras.

## 7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### a. Moeda estrangeira

#### *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

### b. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

#### (i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

(iv) **Capital social**

A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido compondo seu capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c. **Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

*Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Idade (anos)	Taxa (%)
Terrenos e edificações	6 a 59	1,69 a 16,67
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 29	3,45 a 16,67
Móveis e utensílios	6 a 14	7,14 a 16,67
Veículos	6 a 14	7,14 a 16,67

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. **Ativo intangível**

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

**Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.



O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**g. Benefícios a empregados**

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(i) Plano de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

**h. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**i. Receita operacional**

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**j. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**k. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar do exercício a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**(ii) Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

**l. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

**IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

**IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento)
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- *Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)
- *Defined Benefit Plans: Employee Contributions* (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

**m. Explicação dos principais efeitos da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27**

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2013, no que diz respeito a revisão das estimativas de prazos de vida útil

econômica dos bens, em função das expectativas e prazos de benefícios econômicos futuros, bem como a determinação do valor residual e valor depreciável de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A aplicação desta norma impactou montantes anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia conforme apresentado abaixo.

Reconciliação do balanço patrimonial na data de 31 de dezembro de 2013:

<b>Ativo</b>	<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>Adoção do CPC 27</b>	<b>Saldos em 01/01/2014 (Reapresentado)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5.366.405	-	5.366.405
Contas a receber de clientes	41.164.705	-	41.164.705
Estoques	20.066.422	(763.515)	19.302.907
Impostos a recuperar	80.041	-	80.041
Despesas antecipadas	59.678	-	59.678
Outros créditos	<u>1.004.315</u>	<u>-</u>	<u>1.004.315</u>
<b>Total do ativo circulante</b>	<u>67.741.566</u>	<u>(763.515)</u>	<u>66.978.051</u>
Impostos a recuperar	3.149.596	-	3.149.596
Outros créditos	<u>338.567</u>	<u>-</u>	<u>338.567</u>
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<u>3.488.163</u>	<u>-</u>	<u>3.488.163</u>
Outros investimentos	203.209	-	203.209
Imobilizado	93.507.912	6.814.362	100.322.273
Intangível	<u>108.933</u>	<u>-</u>	<u>108.933</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<u>97.308.217</u>	<u>6.814.362</u>	<u>104.122.578</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>165.049.783</u>	<u>6.050.847</u>	<u>171.100.629</u>

**Vidroporto S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2014*

<b>Passivo</b>	<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>Adoção do CPC 27</b>	<b>Saldos em 01/01/2014 (Reapresentado)</b>
Fornecedores	8.930.277	-	8.930.277
Empréstimos e financiamentos	50.191.566	-	50.191.566
Salários, férias e encargos a pagar	1.520.895	-	1.520.895
Impostos e contribuições sociais a recolher	4.725.277	-	4.725.277
Dividendos e juros sobre capital próprio	2.167.220	-	2.167.220
Outras contas a pagar	<u>3.547.836</u>	-	<u>3.547.836</u>
<b>Total do passivo circulante</b>	<u>71.083.071</u>	-	<u>71.083.071</u>
Empréstimos e financiamentos	20.176.208	-	20.176.208
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	<u>2.316.882</u>	<u>2.316.882</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>	<u>20.176.208</u>	<u>2.316.882</u>	<u>22.493.090</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	58.340.459	-	58.340.459
Ágio sobre a emissão de novas ações	2.238.505	-	2.238.505
Reserva legal	3.189.997	-	3.189.997
Reserva de lucros	10.021.542	-	10.021.542
Lucros acumulados	<u>-</u>	<u>3.733.965</u>	<u>3.733.965</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u>73.790.504</u>	<u>3.733.965</u>	<u>77.524.468</u>
<b>Total do passivo</b>	<u>91.259.279</u>	<u>2.316.882</u>	<u>93.576.161</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u><u>165.049.783</u></u>	<u><u>6.050.847</u></u>	<u><u>171.100.629</u></u>

	<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>Adoção do CPC 27</b>	<b>Saldos em 01/01/2014 (Reapresentado)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	89.674.224	-	89.674.224
<b>Custos dos produtos vendidos</b>	<u>(63.098.496)</u>	<u>2.590.316</u>	<u>(60.508.180)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<u>26.575.728</u>	<u>2.590.316</u>	<u>29.166.044</u>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>			
Administrativas e gerais	(5.432.404)	202.761	(5.229.643)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>44.182</u>	<u>-</u>	<u>44.182</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<u>21.187.506</u>	<u>2.793.077</u>	<u>23.980.583</u>
Receitas financeiras	321.064	-	321.064
Despesas financeiras	<u>(4.085.867)</u>	<u>-</u>	<u>(4.085.867)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>17.422.703</u>	<u>2.793.077</u>	<u>20.215.780</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.963.661)	-	(4.963.661)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>(1.144.825)</u>	<u>(1.144.825)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u><u>12.459.042</u></u>	<u><u>1.648.252</u></u>	<u><u>14.107.294</u></u>

**n. Aspectos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

**8 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos.

**b. Contas a receber de clientes e outros créditos**

O valor justo de contas a receber de clientes e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

**c. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

## 9 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Caixa	2.036	5.295
Saldo bancário	1.933.901	5.108.024
Aplicação financeira de curto prazo	17.856.287	253.086
<b>Caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>19.792.224</b>	<b>5.366.405</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, aplicadas em bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito, esta política esta adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

O saldo de aplicações no final do exercício de 2014 será utilizado essencialmente para os saldo a pagar de fornecedores de ativos imobilizados e necessidade de capital de giro devido ao início de operação da nova planta industrial.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 26.

## 10 Contas a receber de clientes

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Contas a receber - no país	45.224.407	42.119.351
Menos:		
Provisão para devedores duvidosos	(954.656)	(954.656)
Total	44.269.761	41.164.705

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na nota explicativa nº 26.

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Créditos a vencer	43.875.718	39.343.911
Créditos em atraso de 01 a 30 dias	114.170	1.063.379
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	-	192.112
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	-	69.030
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	-	259.068
Créditos em atraso acima de 181 dias	1.234.519	1.191.851
Total	45.224.407	42.119.351

## 11 Estoques

	2014	2013
Produtos acabados	14.784.842	6.715.348
Matérias-primas	7.476.277	5.047.089
Combustíveis	156.301	60.069
Material de embalagem	1.069.768	358.998
Materiais de manutenção	3.566.110	2.754.253
Materiais auxiliares	662.989	510.420
Estoque de terceiros em nosso poder	-	3.195.899
 Outros materiais - insumos	 715.248	 660.831
 Total	 28.431.535	 19.302.907

O estoque de produtos acabados sofreu uma evolução significativa em função da entrada em operação da nova planta industrial.

## 12 Impostos a recuperar

	2014	2013
<b>Circulante</b>		
ICMS a recuperar	1.906.569	15.370
PIS e COFINS a recuperar	7.219.004	63.964
Imposto de renda e contribuição social	227.342	-
Outros impostos a compensar (retenções)	92.608	-
Outros impostos a recuperar	-	707
 Total	 9.445.523	 80.041
<b>Não Circulante</b>		
ICMS a recuperar	4.448.660	1.969.443
PIS e COFINS a recuperar	1.061.821	1.180.153
 Total	 5.510.481	 3.149.596

Os impostos a recuperar são relativos basicamente as aquisições de bens do ativo imobilizado para a nova planta industrial.

## 13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas.

Impostos e contribuições diferidos passivos foram atribuídos da seguinte forma:



	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Passivo de impostos diferidos</b>		
Provisão e depreciação por diferenças de taxas	<u>5.239.521</u>	<u>2.316.882</u>
<b>Passivo de impostos diferidos</b>	<u><u>5.239.521</u></u>	<u><u>2.316.882</u></u>

Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Reconhecidos resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2014
<b>Passivo de impostos diferidos</b>			
Provisão de depreciação por diferença de taxas	<u>2.316.882</u>	<u>2.922.639</u>	<u>5.239.521</u>
<b>Passivo de impostos diferidos (líquido)</b>	<u><u>2.316.882</u></u>	<u><u>2.922.639</u></u>	<u><u>5.239.521</u></u>
Efeito no resultado	<u><u>-</u></u>	<u><u>2.922.639</u></u>	<u><u>-</u></u>

**b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<i>Reconciliação da taxa efetiva</i>		
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	13.274.054	20.215.780
(-) Deduções de juros sobre capital próprio	<u>(628.235)</u>	<u>(2.512.941)</u>
	12.645.819	17.702.839
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	4.299.578	6.018.965
Exclusões permanentes:	<u>231.131</u>	<u>89.521</u>
	<u>4.530.709</u>	<u>6.108.486</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(1.608.070)</u>	<u>(4.963.661)</u>
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(2.922.639)</u>	<u>(1.144.825)</u>
<i>Alíquota efetiva</i>	35%	35%

## 14 Imobilizado

	Terrenos e Edifícios	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
<b>Custo</b>						
Saldo em 1º de janeiro de 2013	6.814.495	51.615.014	357.577	1.047.373	4.582.943	64.417.402
Adições	5.850.614	2.362.829	22.999	8.845	55.601.706	63.846.993
Alienações	-	(3.999)	-	-	-	(3.999)
Transferências	432.326	9.478.258	-	-	(9.910.584)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>13.097.435</b>	<b>63.452.102</b>	<b>380.576</b>	<b>1.056.218</b>	<b>50.274.065</b>	<b>128.260.396</b>
Adições	14.509	2.114.455	69.592	648.561	111.511.063	114.358.180
Alienações	-	(16.008)	-	(26.595)	-	(42.603)
Transferências	15.774.390	135.965.513	-	-	(151.739.903)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>28.886.334</b>	<b>201.516.062</b>	<b>450.168</b>	<b>1.678.184</b>	<b>10.045.225</b>	<b>242.575.973</b>
<b>Depreciação:</b>						
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(1.438.340)	(23.045.096)	(183.642)	(589.858)	-	(25.256.936)
Depreciação no exercício	(128.587)	(2.476.698)	(15.053)	(60.849)	-	(2.681.187)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(1.566.927)</b>	<b>(25.521.794)</b>	<b>(198.695)</b>	<b>(650.707)</b>	<b>-</b>	<b>(27.938.123)</b>
Depreciação no exercício	(205.399)	(4.438.309)	(16.990)	(99.578)	-	(4.760.276)
Alienações	-	151	-	26.596	-	26.747
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(1.772.326)</b>	<b>(29.959.952)</b>	<b>(215.685)</b>	<b>(723.689)</b>	<b>-</b>	<b>(32.671.652)</b>
Valor líquido contábil:						
Em 1º de janeiro de 2013	5.376.155	28.569.918	173.935	457.515	4.582.943	39.160.466
Em 31 de dezembro de 2013	11.530.508	37.930.308	181.881	405.511	50.274.065	100.322.273
Em 31 de dezembro de 2014	27.114.008	171.556.110	234.483	954.495	10.045.225	209.904.321

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2014, bens imóveis com valor fiscal de R\$ 8.636.738 estão sujeitos a uma garantia hipotecária e bens móveis no valor de R\$ 134.284.752 estão sujeitos à alienação fiduciária, ambos registrados para garantir a emissão de debêntures, conforme nota explicativa nº 18.

## 15 Partes relacionadas

### Remuneração do pessoal-Chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados, que inclui honorários da diretoria e premiação por alcance de metas, foi de R\$ 556.335 em 2014 (R\$ 480.384 em 2013).

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

### Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, farmácia, educação, entre outros.

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas e custo do produto vendido no resultado estão apresentados abaixo:

	2014	2013
Alimentação do trabalhador	2.366.291	1.821.884
Participação nos lucros	871.998	593.941
Assistência médica	1.214.434	977.062
Seguro de vida em grupo	53.816	24.442
	<u>4.506.539</u>	<u>3.417.329</u>

## 16 Fornecedores

	2014	2013
Fornecedores mercado interno	12.434.175	8.470.373
Fornecedores mercado externo	5.346.992	459.904
Total	<u>17.781.167</u>	<u>8.930.277</u>

A evolução do saldo de fornecedores do mercado externo é basicamente formada por saldos a pagar de máquinas e equipamentos importados para a nova planta industrial em 2014.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 26.

## 17 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 26.

### Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

**Vidroporto S.A.**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2014**

Bancos/contratos	Número do Contrato	Data vencimento	Modalidade	Taxas			Adições			Amortizações		Prazos		
				Base	Spread ao Ano	Saldo em 31/12/2013	Valor		Principal	Juros	Saldo em 31/12/2014	Curto Prazo	Longo Prazo	
							Liberado no exercício	Juros Provisionados						
Banco do Brasil	337003064	20/05/2015	Capital de Giro	CDI - POS	28% CDI	-	3.100.000	255.931	(1.162.500)	(248.371)	1.945.060	1.945.060	-	
Banco do Brasil	337002646	20/10/2015	Capital de Giro	PRE FIX.	10,03%	2.574.197	-	184.316	(1.400.000)	(187.802)	1.170.711	1.170.711	-	
Banco do Brasil	337002871	10/08/2016	Capital de Giro	CDI - POS	25% CDI	4.529.726	-	563.409	(750.000)	(562.434)	3.780.701	2.093.201	1.687.500	
Banco Bradesco	7278409	06/02/2017	Capital de Giro	CDI - POS	3,78%	3.185.096	-	383.153	(778.107)	(491.375)	2.298.767	1.025.626	1.273.141	
Banco Bradesco	7278469	06/02/2017	Capital de Giro	CDI - POS	3,78%	4.246.794	-	511.603	(1.037.477)	(655.898)	3.065.023	1.367.502	1.697.521	
Banco Bradesco	7584450	10/12/2014	Capital de Giro	CDI - POS	3,66%	613.070	-	50.985	(608.393)	(55.662)	-	-	-	
Banco Bradesco	7584385	10/05/2017	Capital de Giro	CDI - POS	3,91%	953.686	-	114.320	(270.258)	(116.051)	681.697	276.310	405.387	
Banco Bradesco	Diversos	15/07/2014	Finames	PRE FIX.	3,00%	37.440	-	384	(37.382)	(441)	-	-	-	
Banco Bradesco	771824	15/09/2014	Finame	PRE FIX.	3,00%	46.116	-	968	(46.045)	(1.039)	-	-	-	
Banco Bradesco	858126	15/11/2016	Finame	PRE FIX.	3,00%	115.991	-	2.355	(39.707)	(2.439)	76.199	76.199	-	
Banco Votorantim	206060	05/01/2017	Capital de Giro	CDI - POS	4,91%	4.013.446	-	511.496	(1.233.597)	(509.163)	2.782.183	1.262.337	1.519.846	
Banco Citi	230760	21/11/2015	Capital de Giro	PRE FIX.	9,25%	3.126.609	-	187.802	(1.463.681)	(192.114)	1.345.008	1.345.008	-	
Banco Citi	272611	23/10/2016	Capital de Giro	CDI - POS	3,66%	7.992.050	-	885.902	(2.600.000)	(934.199)	5.343.753	2.743.753	2.600.000	
Banco Citi	312673	26/02/2017	Capital de Giro	CDI - POS	4,16%	-	1.280.000	68.560	-	-	1.348.560	495.227	853.333	
Banco Itau			Conta Garantida	CDI - POS	7,40%	9.900.000	-	1.668.927	-	(1.623.829)	9.945.098	9.945.098	-	
Banco Itau	Diversos	15/08/2021	Finame	PRE FIX.	6,00%	-	1.162.174	19.857	-	(11.061)	1.168.388	6.214	1.162.174	
Banco Itau	Diversos	31/03/2016	Finame	PRE FIX.	6,00%	-	733.369	5.888	-	(3.832)	735.425	2.056	733.369	
Banco Itau	Diversos	30/04/2016	Finame	PRE FIX.	6,00%	-	602.799	1.145	-	-	603.944	1.145	602.799	
Bradesco	01334604-0	26/04/2015	Leasing Mútuo -			33.553	-	-	(21.629)	(5.988)	11.924	11.924	-	
Partes relacionadas (i)		-	Acionistas				29.000.000	-	-	(29.000.000)	-	-	-	
<b>Total geral</b>						<b>70.367.774</b>	<b>6.878.342</b>	<b>5.417.001</b>	<b>(40.448.776)</b>	<b>(5.601.698)</b>	<b>36.302.441</b>	<b>23.767.371</b>	<b>12.535.070</b>	
<b>Circulante</b>						<b>(50.191.566)</b>					<b>(23.767.371)</b>			
<b>Não circulante</b>						<b>20.176.208</b>					<b>12.535.070</b>			

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm os seguintes cronogramas de vencimento:

<b>Ano de vencimento:</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
2014	-	49.936.212
2015	23.958.654	11.502.805
2016	9.146.773	8.253.753
2017	1.490.010	675.004
2018	447.006	-
2019	447.006	-
2020	447.006	-
2021	365.986	-
<b>Total</b>	<u>36.302.441</u>	<u>70.367.774</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía débitos na ordem de R\$ 29.000.000 com as seguintes partes relacionadas:

Quatroefe Administração e Participações Ltda	17.000.000
Salzano Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda - EPP	4.000.000
Advocacia Salzano	<u>8.000.000</u>
<b>Total</b>	<u>29.000.000</u>

Referidos débitos foram integralmente assumidos pela sócia Quatroefe Administração e Participações Ltda. que, em 17 de janeiro de 2014, integralizou a totalidade desse valor (R\$ 29.000.000) no Capital Social da Companhia, conforme a AGE realizada naquela data.

## 18 Debêntures a pagar

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Debêntures a pagar (passivo circulante)	139.885.245	-
(-) Custo de transação a incorrer	<u>(5.323.139)</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u>134.562.106</u>	<u>-</u>

Em 16 de setembro de 2014, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476. O valor unitário das debêntures é de R\$10.000, totalizando R\$134.000.000, feita com uma sindicalização de Bancos composta pelo Banco do Brasil, Banco Votorantim, Banco Bradesco e Banco Itaú, cujo mandatário foi o Banco do Brasil.

A Emissão de debentures no valor de R\$ 134.000.000,00 (cento e trinta e quatro milhões de reais), possui prazo para pagamento com carência de 18 (dezoito) meses e 66 (sessenta e seis) meses para amortização. Esses recursos agregados ao saldo anterior, ao aporte de capital dos acionistas e geração de caixa da Companhia foram integralmente utilizados na nova planta industrial.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, acrescidos de um spread equivalente a 4% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes no contrato de emissão de debentures como segue:

- Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato.
- Manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao PIS/PASEP, COFINS e FGTS.
- Enviar periodicamente aos Debenturistas, balanços, balancetes, informações sobre a Companhia.
- O valor total do endividamento financeiro líquido da Companhia, em relação ao EBITDA anual não poderá ultrapassar os seguintes limites: em 2014 de 4,0x, em 2015 de 3,5x e de 2016 a 2019 de 3x.
- A Companhia não poderá ter declarado antecipado nenhuma dívida ou obrigação com valor igual ou superior à R\$ 5.000.000.
- A Companhia não poderá fazer alteração do objeto social que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticada e nem ter ocorrência de qualquer alteração no controle acionário direto ou indireto, sem a prévia e expressa anuência de titulares das Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente para esse fim.
- A Companhia não poderá emitir títulos ou valores mobiliários representativos de dívida.
- Serão passíveis de penalidades por parte dos debenturistas: Se a Companhia efetuar investimentos em outras sociedades, emitir debentures conversíveis em ações, celebrar ou amortizar contratos e mútuos, fazer cisão, fusão ou incorporação de ações, fazer redução de capital social, vender, locar ou ceder totalidade ou parte dos ativos, ter protestos de títulos com valor superior a R\$1.000.000 (um milhão de reais) e transformação de sociedade anônima para sociedade limitada.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não atingiu o índice do endividamento financeiro líquido, em relação ao EBITDA, para tanto a Administração renegociou as condições determinadas em contratos (*waiver*) junto as instituições financeiras.

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26, quando a entidade não cumprir um compromisso segundo acordo de empréstimo de longo prazo até a data do balanço, com o efeito de o passivo se tornar vencido e pagável à ordem do credor, o passivo é classificado como circulante, mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras, em não exigir o pagamento

antecipado como consequência do descumprimento do compromisso. Em consequência desse assunto o passivo circulante está apresentado a maior em R\$ 134.000.000 por conta de reclassificação de financiamentos de longo prazo para o circulante e o passivo não circulante apresentado a menor no mesmo montante.

O total de debêntures a pagar está apresentado neste balanço da seguinte forma :

<b>Circulante</b>	<b>R\$</b>
Debêntures a pagar	134.562.106
<b>Não Circulante</b>	
Debêntures a pagar	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>134.562.106</u></b>

Considerando o saldo de debêntures a pagar sem a reclassificação para o circulante ficaria da seguinte forma:

<b>Circulante</b>	<b>R\$</b>
Debêntures a pagar	5.120.807
<b>Não Circulante</b>	
Debêntures a pagar	<u>129.411.299</u>
<b>Total</b>	<b><u>134.562.106</u></b>

Desta forma, considerando a aprovação do “waiver” datado de 30 de março de 2015, a Administração entende ser improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, conforme quadro acima.

## 19 Impostos e contribuições sociais a recolher

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
ICMS a Recolher	1.873.060	899.610
Previdência social a recolher	507.208	324.453
FGTS a recolher	141.710	90.709
Cofins a recolher	14.544	612.311
IRRF a recolher	88.389	87.492
Contribuição social a recolher	4.848	157.887
Imposto de renda da recolher	-	416.878
PIS a recolher	3.151	132.854
ISS a recolher	24.643	47.590
IPI a recolher	3.112.911	1.928.810
Outros	<u>38.376</u>	<u>26.683</u>
<b>Total</b>	<b><u>5.808.840</u></b>	<b><u>4.725.277</u></b>

## 20 Patrimônio líquido

### Capital social

Conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária datada de 17 de janeiro de 2014, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 30.000.000, sendo R\$ 1.000.000 com integralização em moeda corrente nacional e R\$ 29.000.000 com débitos com partes relacionadas conforme mencionado na nota explicativa nº 17, passando, portanto, o capital social de R\$ 58.340.459 para R\$ 88.340.459, com a emissão de 38.048.125 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

- **Reserva de lucros**

### Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### Dividendos

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	<b>2014</b>
Lucro líquido do exercício	8.743.345
(-) Constituição de reserva legal	<u>437.167</u>
(=) Lucro líquido ajustado	8.306.178
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	20,00%
Dividendo mínimo obrigatório - 20%	1.661.235
(-) Juros sobre capital próprio, líquido IRRF	<u>533.999</u>
(=) Dividendos a pagar	<u>1.127.236</u>

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária datada de 15 de abril de 2014, os dividendos correspondentes ao exercício de 31 de dezembro de 2013 foram retidos na Companhia de acordo com o orçamento para expansão, tendo em vista a necessidade financeira da Companhia em face do projeto de ampliação industrial e *covenants* dos bancos financiadores do projeto, que impedem o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio até que a nova planta inicie sua produção. A Companhia homologou o pagamento dos juros sobre capital próprio para o período de janeiro a abril de 2014.

### Reserva de retenção de lucros

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada segundo a proposta dos órgãos da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações financeiras conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 08.



## 21 Receita operacional líquida

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receita bruta fiscal	140.989.529	117.873.429
Menos:		
Impostos sobre vendas	(34.200.293)	(27.786.546)
Devoluções e abatimentos	(681.619)	(412.659)
Total	106.107.617	89.674.224

## 22 Custo dos produtos vendidos

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Combustíveis/Energéticos	25.549.880	21.629.993
Matérias primas	15.984.269	18.186.976
Mão de obra e encargos	13.716.038	9.693.972
Depreciações	3.895.017	2.288.968
Materiais de manutenção	2.470.323	1.711.509
Materiais de embalagens	1.895.217	1.359.967
Alimentação ao trabalhador	1.549.229	1.117.405
Assistência médica	989.953	751.766
Materiais auxiliares	894.514	588.014
Prestação de serviços	743.245	909.881
Materiais de uso e consumo	526.281	389.636
Materiais de segurança	239.706	136.645
Seguro de vida em grupo	42.769	19.861
Outros custos	2.771.319	1.723.587
Total	71.267.760	60.508.180

## 23 Despesas administrativas e gerais

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Despesas com pessoal	3.059.533	2.506.263
Benefícios sociais	1.217.775	1.055.353
Serviços de terceiros	576.947	457.472
Consumo de materiais	522.243	524.335
Energia Elétrica	151.827	73.106
Despesas tributárias	105.575	78.578
Despesas com comunicações	71.980	71.004
Viagens e representações	69.815	71.578
Depreciação e amortização	56.732	52.991
Despesas indedutíveis	17.403	7.132
Outras despesas	389.365	331.831
Total	6.203.195	5.229.643

## 24 Despesas financeiras e receitas financeiras

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas sobre aplicações financeiras	1.108.170	4.492
Outros	649.993	262.440
Variação cambial positiva	<u>1.416.066</u>	<u>54.132</u>
	<u><u>3.174.229</u></u>	<u><u>321.064</u></u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos	(16.192.310)	(3.255.373)
Despesas bancárias	(201.863)	(339.847)
Despesas com cobrança	(26.269)	(30.698)
Juros/multa de mora	(21.655)	(2.877)
Descontos concedidos	(4.560)	(68.080)
Variação cambial negativa	<u>(2.167.703)</u>	<u>(388.992)</u>
	<u><u>(18.614.360)</u></u>	<u><u>(4.085.867)</u></u>

## 25 Contingências

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras demandas administrativas e judiciais sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer em face de eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificam essas demandas como de provável ou possível êxito.

### **Contingências passivas não provisionadas**

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 60.000 em 2014 (R\$ 120.000 em 2013), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 26 Instrumentos financeiros

### **Gerenciamento dos riscos financeiros**

#### ***Visão Geral***

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez

- Risco de mercado
- Risco de moeda
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### ***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

### ***Exposição a riscos de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

<b>Ativos</b>	<b>Nota</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Caixa e bancos	<b>9</b>	1.935.937	5.113.319
Aplicações financeiras	<b>9</b>	17.856.287	253.086
Contas a receber no país	<b>10</b>	<u>45.224.407</u>	<u>42.119.351</u>
<b>Total</b>		<u><u>65.016.631</u></u>	<u><u>47.485.756</u></u>

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um longo período, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

<b>2014</b>						
	<b>Valor contábil</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>6 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Fornecedores	17.781.167	17.781.167	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	36.302.441	7.986.218	15.972.436	9.146.773	2.384.022	812.992
Debêntures a pagar	134.562.106	134.562.106	-	-	-	-
Outras contas a pagar	691.409	691.409	-	-	-	-
<b>2013</b>						
	<b>Valor contábil</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>6 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Fornecedores	8.930.277	8.930.277	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	70.367.774	33.290.808	16.645.404	11.502.805	8.928.757	-
Outras contas a pagar	3.547.836	3.547.836	-	-	-	-

### ***Risco de Mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### ***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Os ativos e passivos expostos a variações das taxas de juros são os seguintes:

	<b>Nota</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Aplicações financeiras	<b>9</b>	17.856.287	253.086
Empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar	<b>17 e 18</b>	<u>(170.864.547)</u>	<u>(70.367.774)</u>
Déficit apurado		<u><u>(153.008.260)</u></u>	<u><u>(70.114.688)</u></u>

### ***Análise de sensibilidade***

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação cambial e de taxas de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2014.

Desta forma o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

	Cenário I		Cenário II				Cenário III			
	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>										
Finame (TJLP)	6,00%	2.583.956	7,50%	193.797	4,50%	116.278	9,00%	232.556	3,00%	77.519
Arrendamentos Mercantis (CDI)	12,00%	11.924	15,00%	1.789	9,00%	1.073	18,00%	2.146	6,00%	715
Capital de giro (CDI)	12,00%	33.706.561	15,00%	5.055.984	9,00%	3.033.590	18,00%	6.067.181	6,00%	2.022.394
Debêntures	17,00%	139.885.245	21,25%	29.725.615	12,75%	17.835.369	25,50%	35.670.737	8,50%	11.890.246
Efeito Líquido				<u>34.977.184</u>		<u>20.986.310</u>		<u>41.972.621</u>		<u>13.990.874</u>

### **Risco de moeda**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia não contratou operações relativas a instrumentos financeiros como *hedge* para tais fins.

### **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

### **Gestão de capital**

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

### **Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas categorias:**

	Nota	2014		
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Outros passivos Financeiros
<b>Ativos</b>				
Caixa e bancos	9	1.935.937	-	-
Aplicações financeiras	9	17.856.287	-	-
Contas a receber no país	10	-	45.224.407	-
		-	-	-
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	16	-	-	17.781.167
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	36.302.441
Debêntures a pagar	18	-	-	134.562.106
Outras contas a pagar		-	-	691.409
<b>Total</b>		<u>19.792.224</u>	<u>45.224.407</u>	<u>189.337.123</u>

	Nota	2013		
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Outros passivos Financeiros
<b>Ativos</b>				
Caixa e bancos	9	5.113.319	-	-
Aplicações financeiras	9	253.086	-	-
Contas a receber no país	10	-	42.119.351	-
		-	-	-
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	16	-	-	8.930.277
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	41.367.774
Mútuos com partes relacionadas	17	-	-	29.000.000
Outras contas a pagar		-	-	3.547.836
<b>Total</b>		<b>5.366.405</b>	<b>42.119.351</b>	<b>82.845.887</b>

### Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os métodos e premissas adotados na determinação do valor de justo estão resumidos na nota explicativa nº 8.

- **Caixa e equivalentes de caixa** - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores no país, partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.
- Os financiamentos e empréstimos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas e decorrentes de fontes de financiamento específicas.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2014		2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>				
Contas a receber de clientes	45.224.407	45.224.407	42.119.351	42.119.351
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	17.781.167	17.781.167	8.930.277	8.930.277
Empréstimos e financiamentos	36.302.441	36.302.441	70.367.774	70.367.774
Debêntures a pagar	134.562.106	134.562.106	-	-
Outras contas a pagar	691.409	691.409	3.547.836	3.547.836

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, a administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas, o valor contábil reflete o valor de liquidação.

A administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, devido ao fato de que essas operações referem-se preponderantemente a financiamentos com taxas equiparadas as taxas de mercado. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

***Hierarquia de valor justo***

Para os valores justos reconhecidos no balanço, o Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros Evidenciação requer a divulgação para cada classe de instrumentos financeiros e derivativos, a qual classe de apuração do valor justo foi utilizada, seguindo as definições abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para tanto, a Companhia definiu os respectivos níveis da seguinte forma:

- Nível 2 - são classificados nesse nível, caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras, caixa e equivalente de caixa, representado por aplicações financeiras CDB - DI, negociados com seus respectivos bancos e mensurados pela cotação de mercado, divulgados pelas respectivas bolsas de valores (BM&F Bovespa e CETIP)..

	<b>Valor contábil em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	19.792.224	-	19.792.224	-
<b>Valor contábil em 31 de dezembro de 2013</b>				
<b>Ativos</b>		<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5.366.405	-	5.366.405	-

**27 Demonstração dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

**b. Ativo imobilizado**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 114.358.180, dos quais R\$ 4.281.591 encontram-se em aberto na rubrica de fornecedores, não afetando o caixa da Companhia. Pagamentos em caixa de R\$ 110.076.589 foram feitos para aquisição de imobilizado.